

A crise de 2008 e seu impacto nas organizações da microrregião de Batatais, São Paulo, Brasil

Carla Arena VENTURA
Centro Universitário de Franca Uni-FACEF
caaventu@eerp.usp.br

Túlio Pires de CARVALHO
Centro Universitário de Franca Uni-FACEF
pcarvalh@com4.com.br

Resumo

O colapso do sistema financeiro em 2008 abrangeu efeitos de crise mundial, que se deflagrou, tanto nos cenários macro quanto microeconômico, permeando de modo ímpar as organizações e instituições. Com isso, emergiram novos paradigmas de intervencionismo estatal sendo que, intermediados pelo viés da regulação, trouxeram à tona um debate valorativo acerca desse papel, circunstancial e pragmático, na indução ao desenvolvimento regional. Na primeira década do século XXI, com indicadores econômicos em franca expansão, embora socialmente desigual, o Brasil figura como uma das estrelas dos países emergentes. Neste cenário, destaca-se a importância de propiciar um ambiente negocial favorável e estruturado, mais suscetível ao aporte e consolidação de investimentos, via efetividade dos instrumentos de política intergovernamental, dentre estes o incremento na competitividade para a geração de bens e serviços. Este estudo, a partir de dados secundários do SEBRAE (Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e da associação comercial local, considera a participação das micro e pequenas empresas da microrregião de Batatais, estado de São Paulo, e os correlaciona com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), e do IQD (Índice de Qualidade no Desenvolvimento), no IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano). Com base nesta metodologia, verificou-se que a influência causada pelo período de crise e pós-crise econômica nas micro e pequenas empresas que, embora mais vulneráveis aos ciclos econômicos, possuem maior adaptabilidade em sua cultura organizacional, ante novos incrementos de competitividade, tais como ciência, tecnologia e inovação. Não obstante, observou-se que a municipalização de políticas públicas, mediante o empoderamento dos atores locais, em conjunto com a adequação de marcos legais e regulatórios, poderá resultar para as organizações em geral, num ambiente negocial propício ao desenvolvimento regional, contemplando o fator humano, sem permitir a maior incidência dos efeitos dos ciclos econômicos.

Palavras-chave: crise econômica mundial, regulação, desenvolvimento regional.

Abstract

The collapse of the financial system in 2008 included the effects of global crisis, which flared in both macro and microeconomic scenarios, permeating as odd, organizations and institutions. Thus, new paradigms have emerged of state interventionism that is, mediated by the bias adjustment, brought to light an evaluative discussion about this role, circumstantial and pragmatic, in the induction of regional development. In the first decade of this century, with the booming economic indicators, but socially unequal, Brazil ranks as one of the stars of the emerging countries. In this scenario, we highlight the importance of providing a

favorable business environment and structured, more susceptible to supply and consolidation of investments via the effectiveness of intergovernmental policy instruments, among them the increase in competitiveness for the generation of goods and services. This study, based on secondary data SEBRAE ((National Service for Micro and Small Enterprises) and trade local association considers the participation of micro and small enterprises of the region of Batatais, state of São Paulo, and correlates with data from the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), the CAGED (General Register of Employed and unemployed), and the QID (Quality Index in Development), the HDI-M (Human Development Index). Based on this methodology, it was found that the influence caused by the crisis period and post-economic crisis on micro and small enterprises which, although more vulnerable to economic cycles, have greater adaptability in organizational culture, compared to new increments of competitiveness, such as science, technology and innovation. Nevertheless, it was noted that the decentralization of public policies, through the empowerment of local stakeholders, together with the adequacy of legal and regulatory frameworks, may result for organizations in general, in a business environment conducive to regional development, considering the human factor, without allowing higher incidence of the effects of economic cycles.

Keywords: global economic crisis, regulation, regional development.

Resumen

El colapso del sistema financiero en 2008 incluyeron los efectos de la crisis mundial, que estalló en ambos escenarios macro y microeconómicas, que impregna las organizaciones impar, y las instituciones. Así, han surgido nuevos paradigmas de intervencionismo estatal, es decir, mediado por el ajuste diagonal, sacó a la luz una discusión de evaluación sobre este papel, circunstancial y pragmático, en la inducción del desarrollo regional. En la primera década de este siglo, con los indicadores económicos en auge, pero la desigualdad social, el Brasil se ubica como una de las estrellas de los países emergentes. En este escenario, se destaca la importancia de proporcionar un entorno empresarial favorable y estructurado, más susceptibles a la oferta y la consolidación de las inversiones a través de la eficacia de los instrumentos de la política intergubernamental, entre ellos el aumento de la competitividad para la generación de bienes y servicios. Este estudio, basado en datos secundarios SEBRAE (Servicio Nacional de Micro y Pequeñas Empresas) y la asociación de empresas locales, cree que la participación de las micro y pequeñas empresas de la región de Batatais, Estado de Sao Paulo, y se correlaciona con los datos del IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística), el CAGED (Registro General de Empleados y Desempleados), y el QID (Índice de Calidad en el Desarrollo), el IDH-M (Índice de Desarrollo Humano). Con base en esta metodología, se encontró que la influencia causada por el período de crisis y posteriores a la crisis económica sobre las empresas micro y pequeñas empresas que, aunque más vulnerables a los ciclos económicos tienen una mayor capacidad de adaptación en la cultura organizacional, frente a nuevos incrementos de la competitividad, tales como la ciencia, la tecnología y la innovación. Sin embargo, se señaló que la descentralización de las políticas públicas, a través de la potenciación del papel de los actores locales, junto con la adecuación de los marcos jurídicos y normativos, puede dar lugar a las organizaciones en general, en un entorno empresarial propicio al desarrollo regional, teniendo en cuenta el factor humano, sin que una mayor incidencia de los efectos de los ciclos económicos.

Palabras Clave: Crisis económica mundial, regulación, desarrollo regional.

Introdução

A crise econômica de 2008 afetou, em graus distintos, as diferentes nações no mundo globalizado. No Brasil, repercutiu na economia e nas finanças, bem como em questões sociais, políticas e ambientais.

Em sua origem, no mesmo ano, a quebra do banco de investimentos do Banco Lehman Brothers, deflagrou o estouro da bolha imobiliária nos E.U.A., por intermédio dos títulos *subprime*, em tradução livre, denominados de créditos podres. Gerou-se, assim, uma crise de confiança, generalizada, que se expandiu mundo afora, inicialmente pelas Bolsas de Valores, com quedas vertiginosas de seus ativos.

Ato contínuo alertou-se para o choque de investimentos especulativos e não compatíveis com a realidade, especialmente sobre a limitação dos credores em cumprir com a promessa de suas hipotecas, garantias, alienações e, além disso, de todo e qualquer título avençado para pagamento futuro no âmbito das com as instituições financeiras.

O arrolamento das dívidas, com a emissão de títulos “ilimitados”, cujo descompasso com a concretude e paridade de suas garantias, inviabilizou o cumprimento de seus vencimentos. Nesse contexto, o excesso do viés liberalizante que havia se enraizado na economia mundial resultou em conseqüências negativas para o sistema financeiro global, bem como para as organizações em geral, sem paralelo anterior, a não ser com a crise de 1929.

Os países periféricos, como o Brasil, também foram atingidos por esse *tsunami* da economia, ao reduzirem sua oferta de crédito, o ritmo de consumo e a capacidade de produção disponível, o que acabou por diminuir as expectativas quanto ao crescimento da economia, tal como o Produto Interno Bruto (PIB). Considerando a importância deste momento para o país e o mundo, este artigo exploratório e descritivo apresenta como objetivo compreender, com base em dados secundários, o impacto da crise nas organizações – indústria, comércio e serviços, incluindo o agronegócio - localizadas na microrregião de Franca, no município de Batatais, estado de São Paulo.

Dessa forma, inicia-se com uma breve descrição sobre a crise financeira mundial e sua conexão com o desenvolvimento regional. Posteriormente, enfoca-se o papel regulador do Estado, com ênfase nas micro e pequenas empresas, embasando-se em indicadores sociais e econômicos da microrregião de Batatais.

A Crise Financeira Mundial e seus efeitos para as organizações

Na esfera econômica, a crise de 2008, a despeito de seu agravamento e amplitude, encontra convergência com os princípios macro e microeconômicos relacionados ao desenvolvimento regional. Nesse cenário, nos quesitos competitividade, empregabilidade e fomento ao mercado interno, observa-se a necessidade de instauração de processos que alimentem e reproduzam os procedimentos endógenos locais e fomentem o desenvolvimento regional.

Os efeitos colaterais da crise econômica mundial de 2008 atingiram o setor privado, provocando conseqüências para o setor público e para diferentes organizações e instituições da sociedade civil. Segundo Pereira (2009, p.39):

Embora a teoria econômica neoclássica se tenha tornado dominante nos cursos universitários de mestrado, os líderes governamentais nunca levaram seriamente em conta essa teoria do *laissez-faire* altamente abstrata ao formularem suas políticas, tendo em vista sua natureza pouco prática.

Sobre a última crise mundial, Krugman (2009) alerta que o excesso de otimismo quanto à pujança das economias, a partir do início do século XXI, pelos próprios governos e demais

instituições, acabou por “maquiar” o desvelo especulativo e sem freios, que acarretou efeitos deletérios em toda cadeia econômica e produtiva.

A este respeito, Pereira (2009) enfatiza que a responsabilidade ativa estatal em impulsionar o crescimento econômico acabou sendo reforçada à medida que se intensificou a competição entre os Estados-nação. Para o mesmo autor, o papel de formulação e implementação de políticas deve ser pragmático, a partir da realidade heterogênea existente e de um modelo macroeconômico aberto, fonte de constante mutação e atualização.

Dessa forma e considerando as intermitentes influências entre os subsistemas afetados pela crise, dado o contexto globalizado, torna-se premente a formulação e a consolidação de políticas públicas locais, de modo a restabelecer e integrar as diversas fontes de capacidade produtiva, especialmente das micro e pequenas empresas, que constituem importantes atores econômicos e sociais.

Nesse contexto, Valentim *et al* (2009, p. 101) afirmam que:

As organizações são complexas no que tange à sua inserção social, visto que ao mesmo tempo em que fazem parte de uma sociedade e, portanto dela dependem, são empregadoras de mão-de-obra trabalhadora e, assim, influenciam na qualidade de vida local e regional.

Nesse sentido, observa-se que a globalização altera o ambiente de competição organizacional entre as empresas e influi diretamente em vários aspectos econômicos, de forma a modificar:

a relação de forças entre seus atores, entre elas destaca-se a cooperação entre empresas, institutos de pesquisa, universidades e associações, visto que esse tipo de aliança estratégica gera um forte diferencial competitivo para as organizações envolvidas (VALENTIM *et al.*, 2009, p.112).

Outrossim, ao contrário das grandes corporações (COSTA, 2001), as micro e pequenas empresas não podem realizar internamente todas as atividades inerentes a um processo produtivo completo, razão pela qual sua competitividade depende do meio no qual se inserem. Verifica-se, portanto, a maior vulnerabilidade dessas organizações e sua forte dependência do ambiente externo, corroborando a ideia de que são mais vulneráveis em momentos de crise, como no caso analisado, da crise financeira internacional de 2008.

Foco deste estudo, o município de Batatais, localizado na microrregião de Franca, no estado de São Paulo, Brasil, insere-se, (SEBRAE, 2008), dentro da média nacional de 98% (noventa e oito por cento) de empresas locais como micro e pequenas, o equivalente a 67% (sessenta e sete por cento) da ocupação das vagas de trabalho.

Com efeito, dada a grande inserção de micro e pequenas empresas no município e, considerando seu grau de desenvolvimento em construção, estas organizações são mais propícias a sofrer influências quanto à adaptabilidade e transformação em seu ambiente organizacional.

Nessa perspectiva, quanto à mudança organizacional:

Não pode ser mais vista como um projeto isolado que ocorre esporadicamente no cotidiano organizacional, instalando alterações em algum aspecto da estrutura, ou em alguma etapa do processo, e depois se encerra, devolvendo a organização a um novo patamar de estabilidade. Sendo de larga escala, abrangente, profunda e multidimensional, a mudança tem de ser conceituada, concebida e gerenciada como um processo de transformação contínua (FISCHER, 2001, p. 150).

Considerando o fato do ambiente interno organizacional das micro e pequenas empresas ser mais sujeito às transformações do ambiente externo, aliado à falta de informações para o processo de tomada de decisão, no contexto da crise econômica mundial, com o acirramento da competitividade no mercado e a necessidade de *rearranjo* do ambiente (FISCHER, 2001), em busca da transformação organizacional, tornam-se as micro e pequenas empresas, ao

menos em princípio, mais dependentes do fomento governamental e institucional com o intuito de conseguirem crescer e participar do processo de desenvolvimento regional.

O Estado e as Micro e Pequenas Empresas: em busca do fomento ao desenvolvimento regional

A intervenção estatal, em detrimento do *laissez-faire* ante o livre mercado e o capitalismo, deve verdadeiramente consolidar o desenvolvimento, como indutor circunstancial da produtividade e da disponibilidade da capacidade econômica de cada ente (KRUGMAN, 2009).

No ambiente local, a fim de propiciar a convergência entre os fatores macro e microeconômicos, o aporte governamental deve dar cabo aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, em consonância com a função social. Para isto ocorrer, a prática de fundamentos destinados a estimular e fomentar os processos de produção da atividade econômica, com a finalidade de gerar renda, empregos e recolhimento de tributos, merece especial atenção.

Com base nessa argumentação, Spínola (2008) verifica a distinção que deve haver entre os desiguais, que devem ser tratados desigualmente, na exata medida dessa desigualdade, principalmente em relação às MPE's (micro e pequenas empresas), baseando-se nos preceitos dos artigos 170 e 179 da Constituição Federal. Constam, então, como valores jurídicos consagrados constitucionalmente, sendo, portanto, uma ação afirmativa plenamente legal e vinculada.

Nesse sentido, o tratamento simplificado, diferenciado e favorecido para as micro e pequenas empresas pode funcionar como fomentador do manejo sustentável e produtivo para as economias locais.

Nesta perspectiva, é relevante a reafirmação do princípio da soberania nacional, como base na ordem econômica e social, na busca por um desenvolvimento independente, cujo destinatário seja o seu povo, observando-se os limites do possível pela correlação de forças políticas e econômicas verificável no cenário econômico mundial (VENTURA, 2009, p.65).

Sendo assim, considera-se que o desenvolvimento deve ser articulado entre seus vários atores, atribuindo sinergias entre os setores público e privado, notadamente no intuito de criar, fomentar e valorar as vocações existentes, para que sejam buscadas melhores condições, tanto na construção de um novo paradigma de crescimento, bem como no fomento da competitividade intra-fronteiras e na propulsão de maior escala operacional para as organizações.

Desenho do Estudo

Este estudo busca descrever os efeitos da crise mundial de 2008 nas pequenas e médias empresas da região de Batatais. Para tanto, são apresentados os índices de inadimplência, empregabilidade e geração de divisas dentro da microrregião de Batatais, estado de São Paulo.

Os dados envolvidos foram obtidos a partir do banco de dados do PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios, baseado em estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) obtidos através do Ministério do Trabalho e Emprego, do SEBRAE (Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), em apontamentos do IQD (Índice de Qualidade no Desenvolvimento), elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano) elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento), em inclusões e exclusões do SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) fornecidos pela ACE (Associação Comercial e Empresarial) de Batatais.

A partir da análise destes dados, considerando a importância das pequenas e médias empresas para o desenvolvimento regional - haja vista a evidência de sua proporcionalidade no número de empresas na microrregião, pretende-se sugerir mecanismos de atuação estatal ou paraestatal, insertos no eixo das políticas públicas intersetoriais, para que esta dinâmica impulse a ação direta nas organizações, norteando seu sustentado crescimento.

Dessa forma, são apresentados dados estatísticos acerca da participação da população economicamente ativa no mercado de trabalho formal, sendo analisadas as causas e efeitos dessa variação, positiva ou negativa, em paralelo com a vinculação das peculiaridades regionais e municipais.

A Microrregião de Batatais e alguns de seus indicadores econômicos e sociais

Batatais é um município classificado como porte pequeno e está localizado na região nordeste do estado de São Paulo. Pertence à 14ª região político-administrativa, cujo polo é o município de Franca, e está relacionada como uma das 29 estâncias turísticas estaduais, devido ao seu patrimônio artístico e cultural. Situa-se a 862 m de altitude, com latitude -20,89111° e longitude -47,585°.

Sua área territorial é de 851 km² e, conforme dados do Censo (2010), conta com uma população estimada em 56.481 (cinquenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e um) habitantes e IDH-M de 0,825 (PNUD-2000). Estabelece limites fronteiriços com os seguintes municípios de São José da Bela Vista, Restinga, Franca, Patrocínio Paulista, Altinópolis, Brodowski, Jardinópolis, Sales de Oliveira e Nuporanga, todos no estado de São Paulo. Fica distante a 42 km do município de Ribeirão Preto-SP, também considerada sua macrorregião.

A economia de Batatais baseia-se no tripé indústria/comércio, serviços e agronegócio. As categorias de trabalho e os respectivos números de admissão e desligamento, considerando o período de janeiro de 2008 até março de 2010, estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 1.

Categoria de trabalho	Número de Admissões	Número de Desligamentos	Saldo
Trabalhador Agropecuário em Geral	1015	1120	-5
Vendedor Comércio Varejista	839	806	33
Auxiliar de escritório	620	539	81
Repositor de mercadorias	269	184	85
Demolidor de edificações – Construção civil	283	184	99
Assistente administrativo	230	118	112
Trabalhador da Cultura de cana-de-açúcar	541	857	-316

Fonte: CAGED, 2010.

Em 2008, na microrregião de Batatais, foram admitidos 5.751 empregados com 5.672 desligamentos, com saldo positivo de 79 empregos (CAGED, 2008).

No ano de 2009, auge da crise, houve 5.530 admissões e 5.335 desligamentos, a contar o saldo de 195 empregos gerados. Em 2010, no primeiro trimestre, ocorreram 1.726 admissões, cujo saldo positivo alcançou o número de 438 empregos (CAGED, 2010). Outras categorias, no mesmo período, apresentaram retomada no crescimento e, obtiveram saldo positivo, conforme demonstrado abaixo.

A variação relativa quanto aos empregos gerados foi de 5,45% no município e de 7,15% na microrregião, observando-se um acréscimo no período descrito.

Em princípio, frente à geração de empregos formais, dentro da microrregião descrita, os indicadores do Ministério do Trabalho e Emprego, embora desde o início com saldo positivo, ou seja, com *superávit* entre o número de admissões e demissões, reproduzem uma tímida retomada do crescimento econômico, durante o ano de 2009.

Por outro lado, durante o período descrito, o maior saldo negativo, ocorreu na indústria de cana-de-açúcar, com -316 empregos.

Contudo, salienta-se que, dentro da microrregião apresentada (CAGED, 2010) nesta categoria de cortador de cana de açúcar, o déficit apresentado, embora tenha obtido maiores danos referentes à crise, deve-se condicionar a sazonalidade (entressafra) no primeiro trimestre anual.

Sob o prisma das novas admissões no mercado de trabalho, dentro da macrorregião supracitada, o crescimento econômico, em princípio, revela um avanço de setores como serviços, comércio varejista e a indústria, que são mais flexíveis, em detrimento do agronegócio, que é mais dependente de fatores exógenos.

No que tange ao setor da construção civil, categorias como demolidor e motorista revelam um consistente crescimento, o que, pode também ser extensivo a todos os itens do segmento.

Diante deste contexto, a crise econômica mundial afetou de modo mais acentuado, setores com maior incidência externa, ainda que condicionada a sazonalidade, tais como as usinas de álcool e açúcar, máquinas e implementos agrícolas, que são peculiares também à microrregião, ora pormenorizada.

Em razão disso, a se comparar os dados acima, entre a macrorregião de Ribeirão Preto, no qual está inserida a microrregião de Batatais, com as demais macrorregiões do país, haja vista o setor sucroalcooleiro, reflete-se um menor crescimento ou então, um processo de desaceleração econômica, o que se reporta, entre outros fatores, à maior incidência regional ante a crise global.

No comparativo município e microrregião, sob o prisma das novas admissões, embora ambos tenham auferido no período descrito uma tímida reação, a microrregião analisada demonstrou-se mais reticente aos índices de crescimento em relação à região em que está inserido.

Conforme o PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios, baseado em estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no período de 2004 até 2008, a considerar 89 municípios da macrorregião de Ribeirão Preto, onde a microrregião citada está inserida, em 2008, obteve-se alta de 8% (oito por cento) com relação ao ano de 2007. Este aumento foi menor do que a média estadual de 11,1% e em relação à média nacional que foi de 13,9%. Por outro lado, o aumento poderia ter sido ainda menos significativo, não fosse a vocação da macrorregião analisada em produzir bens e serviços de alto valor agregado.

Dessa forma, a título descritivo, segundo o estudo do IBGE, entre 1999 e 2008, os 37 municípios com mais de 500 mil habitantes perderam participação no PIB do país, enquanto os 229 municípios de porte médio (de 100.001 a 500 mil habitantes) ganharam participação.

Não obstante, segundo dados do crescimento econômico pelo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB), do Brasil, foi de 5,1% em 2008, 3,2% em 2009 e, estima-se, um crescimento de 7,5% para 2010.

A fim de auferir a qualidade do crescimento econômico, o IQD (Índice de Qualidade do Desenvolvimento) é um indicador elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Desse modo, foi criado para apontar em âmbito nacional o grau de alcance dos requisitos intrínsecos ao crescimento econômico, tais como o bem-estar e a qualidade de benesses, que uma dada população usufrui, mediante a distribuição e a sustentação dos frutos do progresso.

A garantia da qualidade do crescimento no IQD, correlaciona o maior crescimento da formação bruta de capital ante o crescimento da produção de bens de consumo. Desse modo, os bens duráveis devem crescer em maior proporção do que os bens não duráveis, atrelados, por sua vez, com a redução no foco de queimadas no país com a redução da emissão de carbono, o crescimento da massa salarial e o grau de expectativa do empresariado.

Verifica-se que cada um dos cinco itens relacionados possui variação de 0(zero) ponto até 100 (cem) pontos. Ao final, somam-se os resultados, cuja somatória máxima é de 500 (quinhentos) pontos, classificando-se o IQD entre 400-500 (ótima), 300-400 (boa), 200-300 (instável), 100-200 (ruim) e 0-100 (péssima).

Neste vértice, ao considerar o período de retração econômica de 2008 e, comparando-se o IQD de agosto de 2010, sendo este de 276,1, reafirma-se a retomada de crescimento nas organizações pesquisadas, com crescimento comparativo aos índices pré-crise, embora longe do ideal de qualidade, bem-estar e capacidade distributiva.

Durante o auge da crise, em janeiro de 2009, o IQD, numa escala de 0 a 500 pontos, foi de 225,4, o que é classificado como instável. Neste patamar, os subíndices de crescimento, distribuição de renda e inserção externa, não necessariamente, estão coadunados.

O mesmo índice, em agosto de 2010, embora ainda seja o nível classificado como instável atingiu 276,1, mais próximo dos 300 pontos, cuja classificação é condicionada como boa e essencial para o desenvolvimento.

Quanto ao nível de endividamento, no tocante aos consumidores do município de Batatais e, considerando o período de janeiro de 2009, em dívidas ativas no sistema central de proteção ao crédito (SCPC-Batatais), constatou-se que mais de 50% da taxa de inadimplência remontam-se à faixa etária de 18-35 anos, com crescimento de 20% (vinte por cento) no percentual de inclusões em relação ao ano anterior, dentro da mesma faixa etária.

Neste quesito, os patamares descritos apresentam propensão ao consumo, sobremaneira, de bens não duráveis, considerando o endividamento nos segmentos pesquisados, em razão da própria crise econômica. Não obstante, entre o período pesquisado, de janeiro de 2008 e março de 2010, a maior proporção de inadimplentes, reflete-se nas faixas entre 20-35 anos, classicamente, as faixas de maior inadimplemento.

Os indicadores analisados, sobremaneira, tomando por base tanto o IQD, o SCPC e o CAGED, remetem ao início da recuperação econômica, com patamares similares ao pré-crise, o que, não necessariamente, indica um nível de desenvolvimento sustentável. Ademais, os dados pesquisados, confirmam que a crise econômica de 2008 acarretou a negativa dos indicadores econômicos da microrregião, com efeitos aprofundados nas organizações e suas taxas de emprego.

Os efeitos no desenvolvimento local a partir da dinâmica global

Acerca os efeitos da crise econômica mundial, de modo geral, Stiglitz (2010, p. 407) argumenta que:

A grande lição desta crise é que, apesar de todas as mudanças dos últimos séculos, nosso complexo setor financeiro continuava a depender da confiança. Quando a confiança se perdeu, nosso sistema financeiro se congelou. A crise financeira trouxe e acelerou a erosão da confiança. (...) Se não efetuarmos mudanças fundamentais ao avançarmos, não poderemos recuperá-la. E, se for assim, isso alterará profundamente a maneira como tratamos uns aos outros, dificultará a relação entre nós e modificará nossas ideias a nosso respeito e a respeito dos demais. Nossa noção de comunidade sofrerá nova erosão, e até a eficiência da nossa economia estará prejudicada.

Considerando tal argumentação, coaduna-se que comunidade e confiança estão envolvidos ao manto do desenvolvimento. Dessa forma, especificando-se o tema, urge a implementação de políticas públicas, sobretudo, que valorizem o crescimento endógeno, ou seja, as peculiaridades do município e microrregião, haja vista o enraizamento natural dos propósitos macroeconômicos, incidentes no foco regional.

Ademais, deve-se também advertir que os efeitos do ambiente macroeconômico, por natureza, incidem verticalmente, de modo a permear, de cima para baixo, os países e suas dinâmicas locais (MARTINELLI & JOYAL, 2004, p. 62). Neste viés, é fundamental que as políticas públicas intervenham setorialmente, e alcancem o cidadão. Cabe assim ao Estado atuar no planejamento, concepção e fomento do desenvolvimento, em todos os seus âmbitos, seja cultural, social, econômico e político (GOMES, 2005).

Através do enfoque difuso, democrático e participativo, torna-se necessário um envolvimento efetivo dos atores sociais e das instituições dentro desta dinâmica, especialmente das organizações, contribuindo para a superação das crises.

Considerando o desenho do estudo anterior, dentro das organizações, incluindo também o agronegócio, que é mais inflexível, menos diversificado e, portanto, mais suscetível às mudanças econômicas, a aplicação da prerrogativa constitucional da livre iniciativa e da função social, por intermédio de políticas públicas eficazes, pode reter valor ao desenvolvimento local e em sua organicidade estrutural.

De modo geral, o papel dos estados nacionais (BELLUZZO, 2009) deve ser constituído para fortalecer os respectivos sistemas empresariais envolvidos na concorrência global. Cabe ressaltar que, além da importância das micro e pequenas empresas, em 32,9% dos municípios do Brasil, (IBGE, 2010) a administração pública continua responsável por um terço da economia.

Novos instrumentos de políticas públicas no desenvolvimento local

A considerar a análise acima, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas representa um instrumento do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, como forte parâmetro de ação e atuação intergovernamental e com propostas rumo ao avanço afirmativo e inclusivo das organizações.

A regulamentação da Lei Geral, no estado de São Paulo, (SEBRAE, 2010), atingiu 100 dos 645 municípios, ou seja, em média, 1/6 da proporção estadual, alcançando 55% (cinquenta e cinco por cento) da população, considerando dados do primeiro trimestre do ano de 2010. Na macrorregião de Ribeirão Preto, com mais de 60 municípios, todavia, somente a regulamentaram, no mesmo período, os municípios de Patrocínio Paulista, Orlândia, Altinópolis, Cajuru, Sertãozinho e Ribeirão Preto.

Figuras jurídicas como o Microempreendedor Individual e a incumbência de prevalência de micro e pequenas empresas nas compras governamentais, previstas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, podem corroborar, por uma política pública mais descentralizada e, assim, viabilizar e consolidar estes empreendimentos para dentro das organizações governamentais. Para isto ocorrer no município e micro região de Batatais, verifica-se a necessidade do envolvimento das instituições co-participativas, tais como associações, sindicatos e cooperativas, além do próprio poder público.

Nesse sentido, a articulação entre as associações de classe, os sindicatos rurais, as cooperativas de crédito e outras instituições, tais quais, as Delegacias do Trabalho e Emprego, Ministério Público, de modo assertivo, pode funcionar, na microrregião, como meio de pressão e união de estímulos, em favorecimento da governança local e o interesse público.

Ponto de equilíbrio, a coesão entre as organizações e seus subsistemas pode e deve contribuir para uma distribuição mais equânime e sustentável na condução da microeconomia regional, abalizando, sobretudo, os indicadores socioeconômicos de cada município, dentre eles a própria formação e constante capacitação profissional de todos os envolvidos.

Neste organograma social, cultural, político e econômico, em que as relações privadas podem ser favoravelmente direcionadas em fluxo horizontal, emerge o peso das organizações quanto ao desenvolvimento local dentro do cenário nacional.

Dessa forma, a despeito da lógica eminentemente dinâmica e competitiva da globalização, as organizações carecem de contínuo apoio científico, tecnológico e de inovação, para que obtenham avanços qualitativos e estruturais, na medida em que se estabeleçam no mercado, de forma menos vulnerável aos efeitos das conjunturas ou dos ciclos econômicos.

Considerações Finais

Foram avaliados neste estudo dados secundários como taxas de crescimento, empregabilidade, inadimplência e qualidade do desenvolvimento, sendo comparados os parâmetros do auge da crise, com o início da recuperação econômica, na microrregião de Batatais.

Os resultados obtidos demonstraram com relação às taxas de crescimento que ocorreu um crescimento, porém desacelerado, no que diz respeito à empregabilidade, produtividade e inadimplência, em relação ao restante do país.

Neste sentido, a análise dos dados permite a convergência entre os prismas macro e microeconômicos, incidentes nas organizações e seus segmentos descritos, tanto para retratar o efeito da crise econômica, quanto identificar sinais, ainda que abaixo da média nacional, no tocante ao refortalecimento do ambiente proposto.

Nesse contexto, este estudo revela o espelhamento da recuperação econômica nacional, alinhado com os indicadores macroeconômicos vigentes. A recapitalização, com o maior acesso ao crédito e financiamentos, mesmo considerando uma inadimplência média desproporcional, em nível nacional, pode ser considerada como um exemplo destes fluxos.

Todavia, em detrimento do desenvolvimento regional, os dados pesquisados, dentro da microrregião analisada, não permitem acurar uma política pública proativa e delineada no que tange a este crescimento. A despeito desta pesquisa, os traços de crescimento e recuperação identificados, no auge da crise em 2008 até o início de 2010, correlacionam-se tão somente com a retomada dos indicadores macroeconômicos em escala nacional.

Considerando-se a primazia dos fatores endógenos, insta-se por eleger prioridades e definir caminhos para o desenvolvimento consistente da microrregião descrita, promovendo o

desenvolvimento equânime e autônomo, com ganhos de flexibilidade e qualificação, em todos os níveis das organizações pesquisadas.

Não obstante, ao considerarmos o Brasil um país com mercado econômico emergente, localizado geograficamente e politicamente de modo periférico, com conjuntura social e educacional desiguais, deve-se sopesar, em contraponto à reprodução dos modelos formatados e distantes desta realidade social, um direito ao desenvolvimento genuíno e equilibrado, sem prejuízo das particularidades e necessidades locais.

Entre as organizações e instituições referenciadas, somente com a formulação, planejamento e a implantação de políticas públicas, de modo sinérgico e valorativo, despertar-se-á um ambiente multidimensional, com iniciativas de médio e longo prazo, através de ações proativas e inclusivas, tais como a criação de agência de desenvolvimento local e o fomento à inovação via incubadoras tecnológicas, podem atuar de modo a inibir a vulnerabilidade microrregional ante os riscos conjunturais e, a partir disso, conquistar um desenvolvimento sustentado com qualidade, fomento e capacidade distributiva do progresso.

Referências

- ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão. A gestão estratégica de pessoas. In: As pessoas na organização. São Paulo: Editora Gente, 2002.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global. 1 ed..São Paulo: Editora UNESP; Campinas,SP: FACAMP, 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do. Carta Magna de 1988, atualizada até a emenda constitucional n. 66 de 2010. Brasília: Congresso Nacional.
- _____. Estado de São Paulo. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais. Dados gerais. Disponível em [HTTP://www.batatais.sp.gov.br](http://www.batatais.sp.gov.br). Acesso em 04 de abril de 2010, às 9h40 min.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estudo sobre o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios 2004-2008. Disponível em [HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 10 de dezembro de 2010, às 20h30 min.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010. Disponível em [HTTP://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=35](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=35). Acesso em 15 de março de 2011, às 10h18 min.
- _____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Índice de Qualidade no Desenvolvimento. Disponível em [HTTP://www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em 03 de dezembro às 10h30 min.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em [HTTP://www.mte.gov.br/caged](http://www.mte.gov.br/caged). Acesso em 19 de maio de 2010, às 14h10min.
- _____. Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Disponível em <http://www.sebraesp.com.br/PortalSebraeSP/Noticias/Noticias/Multissetorial/Paginas/LeiGeralexpectativa%C3%A9atingir170munic%C3%ADpiosem2010.aspx>. Acesso em 14 de abril de 2010, às 9h15 min.
- _____. Sistema Central de Proteção ao Crédito. Estatísticas Batatais. Disponível em [HTTP://www.acebatatais.com.br/scpc](http://www.acebatatais.com.br/scpc). Acesso em 13 de abril de 2010, às 15h50 min.
- GOMES, Almiralva Ferraz. O Empreendedorismo como uma Alavanca para o Desenvolvimento Local. Revista de Administração de Empresas da FACEF. Franca: 2005.
- KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 1ª Ed. 13ª Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- KRUGMAN, Paul R. A crise de 2008 e a economia da depressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

- MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. Barueri: Manole, 2004.
- MUNHOZ, Carolina Pancotto Bohrer. Direito, Livre Concorrência e Desenvolvimento- 2ª edição. São Paulo: Lex Editora S.A. e Aduaneiras, 2006.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- SALOMAO FILHO, Calixto. Regulação da Atividade Econômica - Princípios e Fundamentos Jurídicos. 2ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.
- SEBRAE-SP, Observatório das Micro e Pequenas Empresas. Cenário para as Micro e Pequenas Empresas no Brasil - 2009-2015 (partes 1 e 2). São Paulo, 2008.
- SPÍNOLA, André Silva. O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido concedido à microempresa e à empresa de pequeno porte e os princípios constitucionais da igualdade e da capacidade contributiva. (Fonte: www.bibliotecasebrae.com.br). Acesso em 19 de maio de 2010.
- STIGLITZ, Joseph E. O mundo em queda livre: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- RISTER, C.A. Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e conseqüências. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
- VENTURA, Carla A. Arena. Direito Humano ao Desenvolvimento: Os Modelos de Desenvolvimento e a Posição do Brasil – In: Fadel, Barbara, org. Desenvolvimento Regional: debates interdisciplinares. Marília: Fundepe; Franca: Uni-FACEF; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.